



Por: Al-Jazeera

24/09/2021 09:50

O debate sobre novo código jurídico no Afeganistão

Os debates que acontecem nesse momento no Conselho de Segurança das Nações Unidas levantaram a importante questão dos respeitos aos direitos. O importante tema foi levantado pelo Human Rights Watch e levado a discussão no plenário de forma calorosa. As delegações, atacando-se, estão distantes de uma resolução única.

Nesse contexto, o governo Talibã, que controla o Afeganistão, soltou nota afirmando que a Sharia é o código jurídico que será respeitado no país, independente das ideias ocidentais. A Sharia serve como diretriz para a vida que todos os muçulmanos deveriam seguir. Elas incluem orações diárias, jejum e doações para os pobres. A lei também pode conter punições severas. O roubo, por exemplo, pode ser punido com a amputação da mão do condenado. O adultério pode levar à pena de morte - por apedrejamento.

Não é apenas no Afeganistão que a Sharia é a base jurídica. Alguns países não-laicos, como a Arábia Saudita, por exemplo, aplicam uma forma rígida e punitiva da lei, onde homicídio e tráfico de drogas podem ser punidos com morte e onde adúlteros podem ser apedrejados.

O que diferencia o caso afegão é a rigidez que a Sharia foi aplicada. Homens eram obrigados a deixar a barba crescer e as mulheres só se aventuravam a sair se

tivessem permissão por escrito dos homens. Elas não podiam trabalhar ou estudar e precisavam usar a burca, uma vestimenta que as cobria completamente.

Um porta-voz do Talebã afirmou que os militantes respeitarão os direitos das mulheres e da imprensa, mas não se sabe exatamente se essa promessa será colocada em prática. Ele disse que as mulheres poderão sair de casa sozinhas e continuarão a ter acesso à educação e ao trabalho, mas terão que usar o hijab (véu islâmico).